

A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, defendeu que organizações públicas e privadas implantem políticas de integridade como forma de prevenção da corrupção. As declarações foram dadas nesta quinta-feira (08/11), durante participação em evento sobre o tema na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em Brasília.

“Se tivermos uma política de integridade séria em todos os ambientes, públicos e privados, não teremos que nos preocupar tanto com a corrupção. Porque o compliance tem essa capacidade de prevenir que atos de corrupção venham a ocorrer em determinada organização”, explicou a advogada-geral, lembrando que advogados públicos e privados devem estar preparados para auxiliar as organizações a implantar uma cultura ética verdadeira, e não somente de fachada, em todos os níveis.

“Precisamos chamar a responsabilidade de inserir no contexto de nossas instituições uma política séria em torno da coisa pública. As relações envolvendo os agentes devem ser permeadas pela ética”, completou a ministra, lembrando que a AGU foi o primeiro órgão da administração pública federal a implantar uma política de integridade e que a instituição exerce um relevante papel no combate à corrupção por meio de atuações como o ajuizamento de ações de improbidade administrativa e a celebração de acordos de leniência.

Fonte: AGU, em 09.11.2018.

Foto: Ascom/AGU.